

opinião

opinioao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Aeroporto Salgado Filho

Enquanto se projeta um retorno parcial da operação com passageiros no complexo do Aeroporto Internacional Salgado Filho, outra frente faz uma análise de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato da concessão do ativo aeroviário. O assunto tramita na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A concessionária Fraport Brasil encaminhou a solicitação para a revisão, considerando o impacto do fechamento no fluxo de receitas, além de custos para colocar o complexo de volta à operação (JC, 24/06/2024).

Jogo político, já era para estar arrumando a pista, porque o embarque não pegou água. Foco na pista. O Estado precisa muito do aeroporto, mas os interessados só pensam no seu umbigo nesse momento. São milhares de empregos diretos e indiretos. (Luciano Cezar)



Aeroporto II

Aeroporto é importante, pois empresas dependem das cargas que vêm pelo mesmo, mas recursos são escassos até para quem perdeu tudo nas enchentes. Ganham para isto e muito bem, que resolvam Leite, Lula e Melo. (Valdir Slongo)

Aeroporto III

Não esqueçam: houve uma tremenda falha estatal na manutenção do sistema anti-enchentes da cidade de Porto Alegre que levou ao alagamento do aeroporto. Não esqueçam também que parte dos equipamentos de pouso são estatais, da aeronáutica, não são da Fraport. (Daniela Preto da Silva)

Retomada no 4º Distrito

A região vive momento de reestruturação, com negócios retomando operações em busca de mitigar prejuízos (caderno GeraçãoE, JC, 20/06/2024). Que tenham a cautela de não repassar o prejuízo nos preços. Já observei alguns comércios repassando "aumento" em produtos visando compensação em estabelecimento próximo à avenida Presidente Roosevelt, área fortemente atingida. Prudência nesse momento de retomada. (Léo Josi)

Migração ao Litoral Norte

As praias do Litoral Norte se tornaram opção de destino definitivo por muitas famílias após as enchentes (Reportagem Especial, caderno Empresas & Negócios, Jornal do Comércio, 16/06/24). As pessoas têm a melhor opção de viver no litoral pela segurança, mas a questão toda é trabalhar lá. (Augusto Bilhalva Goulart)

Migração Litoral Norte II

Grande problema para cidades sem infraestrutura que não oferecem emprego para quem precisa, segurança, educação e saúde... não estão preparadas para essa grande quantidade de pessoas. (Luiz Feltes)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

A capital dos gaúchos sem aeroporto

Leticia Brossard Iolovitch

Passado mais de um mês da catástrofe que assolou o Rio Grande do Sul, a sociedade vive o momento de contabilizar as perdas e distribuir os ônus da reconstrução. Dentre as obras a serem realizadas, um dos debates que mais têm mobilizado a opinião pública envolve a recuperação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, fechado desde 3 de maio e com previsão de reabertura para dezembro.

Como se trata de um aeroporto concedido à iniciativa privada, todos as cobranças se voltam à Fraport, concessionária responsável pela exploração da operação e manutenção do empreendimento. A demanda da sociedade perante a empresa alemã é legítima, porém, por se tratar de um contrato de concessão de bem público, há dois atores com papéis e responsabilidades bem delineadas: a concessionária e o Poder Concedente.

Assim, é dever da concessionária atuar nos estritos termos do contrato firmado junto ao Poder Concedente, no caso, a Anac, nos termos da Lei nº 8.987/95. Em razão disso, o capítulo 5 do contrato trata da alocação dos riscos da operação, dividida entre os contratantes.

Nas hipóteses de força maior, a cláusula 5.2.8 do contrato entre a Fraport e a Anac prevê a responsabilidade desta última pelos prejuízos decorrentes de situações de calamidade, quando o valor dos danos superar a quantia segurada

pelas apólices contratadas pela concessionária. Embora ainda se esteja em fase de apuração dos estragos, já é possível estimar um prejuízo de R\$ 360 milhões para as obras de reconstrução, mais que o dobro dos R\$ 130 milhões cobertos pelos seguros contratados.

Portanto, convém se evitar uma caça às bruxas e compreender a quem cabe o ônus da liberação de verbas para as obras de recuperação do aeroporto, para que a opinião pública conheça o papel da Anac, de modo a direcionar sua legítima exigência de celeridade na execução das obras do Salgado Filho.

Evidentemente que o fechamento de um aeroporto traz prejuízos incalculáveis à economia gaúcha.

Contudo, apesar do grande clamor envolvendo a liberação do Salgado Filho, não há como se superar a necessidade do imediato aporte de verbas por parte do Poder Concedente, do modo menos burocratizado possível, a fim de viabilizar as obras de recuperação, preservando as garantias contratuais e atuando em prol do Rio Grande do Sul, que tanto necessita da reabertura do aeroporto de sua capital.

Advogada

Convém se evitar uma caça às bruxas e compreender a quem cabe o ônus da liberação de verbas

Qual é o papel das cidades na crise climática?

Felipe Bittencourt e André Lara

Segundo o Banco Mundial, cerca de 80% do PIB mundial é gerado nas cidades, consequentemente, nelas também são consumidos dois terços da energia global, o que gera grande parte das emissões de gases de efeito estufa (GEE) para a atmosfera. Além disso, dados do Programa de Assistência à Gestão do Setor Energético, indicam

Para mitigar as emissões é fundamental tornar a cadeia da construção civil mais circular

que as cidades estão sofrendo um aumento de temperatura a uma taxa duas vezes maior que a média global devido ao efeito das ilhas de calor urbano.

Esse contexto traz as cidades e o processo de urbanização para o foco das atenções pelos impactos que causam - e que sofrerão - em relação à mudança climática, especialmente as populações mais vulneráveis. Nesse cenário, o sucesso do combate à crise climática também passa por um olhar atento sobre o processo de construção civil.

De acordo com dados do World Economic Forum (2022), cerca de 70% das emissões dos edifícios são operacionais (aquecimento, ventilação, ar-condicionado, iluminação, servidores de TI

etc), enquanto os 30% restantes são emissões incorporadas, ou seja, carbono gerado pela fabricação de materiais de construção, a construção em si e mobiliário interno.

Para mitigar as emissões é fundamental tornar a cadeia da construção civil mais circular, se distanciando da lógica linear de produção, uso e descarte, promovendo a redução e reaproveitamento de resíduos, adotando soluções nos projetos que facilitem o retrofit e outras medidas que prolonguem a vida útil dos edifícios. Um modelo mais circular para o ecossistema da Construção Civil tem o potencial de reduzir até 38% das emissões do setor até 2050.

Para as emissões operacionais dos edifícios, a redução pode vir através da adoção de tecnologias de automação predial, eletrodomésticos eficientes e fontes de energia renovável. Já para as emissões incorporadas, uma boa prática é a parceria com os fornecedores dos insumos mais carbono intensivos, visando uma produção mais sustentável.

Dessa forma, é necessário que haja uma ação coordenada em todas as esferas da cadeia de construção civil, integração de critérios de sustentabilidade em políticas públicas e investimentos em inovação e pesquisa. O contexto é desafiador, mas as empresas que se adaptarem terão vantagens competitivas e serão percebidas como agentes de mudança positiva.

Engenheiros da WayCarbon